

ACTA Nº14

-----**Acta da Reunião da Sessão Ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 30 de Junho de 2011.** -----

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e onze, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em Sessão Ordinária, sob a Presidência do Senhor Carlos Manuel Simões das Neves, secretariado pelo Senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pela Senhora Leane Silva Leite, por substituição de Maria da Graça Matias Gadelho, com a seguinte **Agenda de Trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e Votação de Actas de Reuniões Anteriores;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Período de “Antes da Ordem de Trabalhos”;** -----

-----**D – Período da “Ordem de Trabalhos”;** -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO Nº1, DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2011;** -----

-----**PONTO TRÊS: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2011;** -----

-----**PONTO QUATRO: PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DO MUNICÍPIO DE VAGOS.** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

-----Senhor Rogério Simões, Senhor Jorge Luís Nunes Oliveira, Senhor Paulo Ricardo Corticeiro de Sousa, Senhor Carlos Guilherme Freire Pereira, Senhora Catarina da Rocha Nunes de Oliveira e o Senhor Sérgio Manuel Silva Freire eleitos na lista do Movimento VAGOS Primeiro; -----

----- Senhor Joaquim António Pires Plácido, Senhor Juan Carlos Ferreira Martins, Senhora Madalena Marques dos Santos Simões Pinho, Senhor Carlos Augusto da Silva Francisco, Senhor Paulo Alexandre Pinho dos Santos, Senhora Maria de Fátima da Cunha Coelho Moço e Senhor Francisco José Ferreira São Marcos, eleitos na lista do Partido Social Democrata; -----

-----Apresentaram pedido de substituição os Senhores Deputados Maria da Graça Matias Gadelho, Manuel José Ferreira Bogalho, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, e Carlos Alberto Soares da Costa Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos, que foram respectivamente representados por Susana Maria Costa Reis, Manuel Oliveira Pimentel Nogueira e António Santos Bodas. -----

-----Faltaram ao início da Sessão os Senhores Deputados: Susana Gravato e Tony Almeida. -----

-----Faltaram à presente Sessão os Senhores: Rui Neto e André Pinho. -----

-----Igualmente compareceram os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: César Ferreira Ribeiro, Calvão; Albano Manuel de Jesus Gonçalves, Fonte de Angeão; Cláudio André

dos Santos Curto, Santa Catarina; Maria Dulcília Martins Sereno, Santo André de Vagos; Fernando Julião, Santo António de Vagos e João Carlos Regalado Loureiro, Soza. -----

-----Faltaram à presente Sessão os Senhores Presidentes de Junta Silvério Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos, Presidente de Junta de Freguesia de Covão do Lobo, Senhor Licínio Custódio Ramos e a Presidente de Junta de Freguesia de Ouca, Senhora Maria Fernanda de Jesus Almeida. -----

-----Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Albina Rocha, Marco Domingues e Silvério Regalado. -----

-----**A – Apreciação e Votação de Actas de Reuniões Anteriores;** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o órgão deliberativo que as actas serão objecto de apreciação e votação em próxima sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa.** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Órgão Deliberativo que nada de especial há a referir sobre este assunto. -----

-----**C – Período “Antes da Ordem de Trabalhos”**-----

-----E quando eram cerca das dezoito horas e trinta e cinco minutos entraram na Sala de Sessões os Senhores Deputados Tony Richard de Almeida, Silvério Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos, e Susana Gravato. As deliberações que se seguem passaram, então, a contar com a participação e votação destes deputados. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido começando por para fazer uma correcção relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos que já foi votado na Assembleia Municipal anterior e se este seria o momento certo para o retirar. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Senhor Deputado que o mesmo será retirado quando chegar a altura. -----

----- Continuando o Senhor Deputado Pires Plácido questiona o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia relativamente a uma intervenção na última Sessão por parte do Deputado Jorge Luís Oliveira e que tinha a ver com uma proposta para que fosse incluído num ponto de ordem de trabalhos numa Assembleia a realizar o mais breve possível, naquela altura e que seria esta, com o objectivo de esclarecer os Deputados Municipais sobre a situação do processo ordinário do Forte Velho. Continuando, o Senhor Pires Plácido felicitou duas Entidades do Concelho de Vagos pela realização de dois eventos este ano: um deles o Vagueira Surf, organizado pela Escola do Senhor Bruno Maria, e o outro foi o Vagos Sensation Gourmet. Decorreram em dois fins de semana separados e foram actividades mobilizadoras trazendo muita gente a Vagos. Obviamente que nestas alturas o sucesso deste tipo de iniciativas é sempre dúbia, uma vez que, as expectativas vão sempre além da realidade. Aproveitou para deixar uma recomendação à organização do Vagos Sensation Gourmet para que realize ou repita esta iniciativa na Praça Central da Praia da Vagueira. Seguidamente, questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao atraso no pagamento das verbas da empreitada da Rua Principal na Gafanha da Boa Hora. A ser verdade pretendia ver esclarecido qual o atraso e o motivo para que tal esteja a acontecer. Outra questão levantada pelo Senhor Pires Plácido tem a ver com o consumo

de água nos espaços públicos, e de acordo com o Senhor Deputado, a ADRA anda a colocar contadores em todos os locais de rega pública para depois, eventualmente, apresentar a conta à Câmara Municipal de Vagos. O Senhor Deputado recomendou aos serviços da Câmara Municipal que façam um levantamento dos canteiros espalhados pelo Concelho para que se possa de alguma forma evitar gastos excessivos e referiu-se especificamente à Quinta da Boa Hora onde a rega é feita com água dos serviços públicos. Pediu, ainda, atenção a algumas zonas relvadas que existe que não são de uso público e sim de uso privado e que estão a ser regadas com água paga pela Autarquia. Prosseguindo, questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao Plano de Pormenor da Gafanha da Boa Hora querendo saber se o mesmo é para avançar ou se vão perder um investimento de 1,3 milhões de euros. Outro esclarecimento pretendido pelo Senhor Deputado é se com a mudança do Governo a Revisão de Plano de Pormenor da Praia da Vagueira e o POOC vão atrasar ou não haverá qualquer alteração relativamente ao que estava programado. Questionou, ainda, da possibilidade de incluir no Plano de Pormenor da Praia da Vagueira alguma contenção na construção de espaços comerciais, uma vez que, e de acordo com o Senhor Pires Plácido, 50% dos espaços existente estão sem ter uso. Continuando, o Senhor Deputado Pires Plácido pediu para serem esclarecidas as sucessivas questões de ilegalidades e incompatibilidades levantadas relativamente à empresa MAIS VAGOS, atendendo a que houve um parecer que declarou a incompatibilidade do Senhor Deputado Manangão e agora foi indicada uma pessoa que em princípio estará de acordo com a lei. O Senhor Deputado acrescentou que é importante que estas questões fiquem esclarecidas de vez para que se possa vir a discutir nesta Assembleia assuntos relacionados com a MAIS VAGOS mas que digam respeito ao aspectos positivos que tem e terminou referindo as palavras de um Vereador que tomou posse recentemente que disse que “a MAIS VAGOS era um processo meritório e orgulhoso para o Concelho de Vagos”. Continuando, fez referência ao Hastear da Bandeira Azul nas Praias do Areão e da Vagueira que mais uma vez receberam este galardão pela qualidade da água e pelas suas acessibilidades. Contudo, no que diz respeito às acessibilidades, referiu o Senhor Deputado, a Praia da Vagueira continua sem ter escadas e desta forma o que vai acontecer é que cada vez menos as pessoas venham a frequentar esta praia porque não existem acessos. Referiu, ainda, a necessidade de proteger a frente do talude, tendo-se inclusive feito uma reunião com a Câmara para que isso fosse salvaguardado e a época balnear teve início à quinze dias e a situação continua igual. Outra preocupação referida pelo Senhor Deputado tem a ver com os balneários que continuam com os mesmos problemas dos anos anteriores mesmo depois de ter havido uma chamada de atenção, como por exemplo os carros de limpeza continuarem a ser estacionados lá dentro. Concluindo, o Senhor Deputado teceu alguns comentários relativos à Animação na Praia da Vagueira cujo investimento na parte cultural este ano ronda os sete mil euros e dez euros na parte desportiva. Agora, com o documento/programa na mão o Senhor Deputado ficou com um perspectiva diferente e o que pediu à Câmara Municipal, mais uma vez, é que esta informação seja distribuída à população e colocada no Posto de Turismo, assim que este esteja aberto, e não com este atraso, para que as pessoas tenham conhecimento com a devida antecedência do que está programado para aquele período de tempo. No entanto, e agora que teve acesso ao programa não deixou de referir que em tempo de contenção de custos e existindo um Protocolo do Turismo Centro de Portugal com os

Municípios em que havia um investimento de cento e cinquenta e dois mil euros seria participado em 80% o que significaria que a Câmara de Vagos teria nove mil euros para gastar nesse evento, não se percebe porque é que o Município de Vagos não aproveitou esta oportunidade. Obviamente, referiu o Senhor Deputado, que desconhecendo o programa apresentado pelo Turismo do Centro gostaria que o Senhor Presidente da Câmara explica-se porque é que não foi feita a candidatura a um programa que é co-financiado em 80%, promovido por uma entidade com algum reconhecimento. -----

-----Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Corticeiro Moreira e fez referência à reunião realizada na Câmara Municipal com o Senhor Presidente. Nessa reunião, em que o Senhor Deputado esteve presente, foram apresentadas algumas sugestões relativamente à questão da Defesa da Protecção na Costa bem como a sensibilizar a Câmara para a necessidade de atempadamente serem feitos os acessos à praia. O Senhor Presidente da Câmara garantiu nessa reunião de que os acessos estariam prontos antes do início da época balnear. Entretanto, a época balnear já começou no passado dia 15 de Junho e o que se pode verificar é que os acessos à praia ainda não estão feitos. Referiu, ainda, que há um descontentamento por parte da população e por parte dos empresários relativamente ao facto de verem defraudados os investimentos que fizeram, quer na aquisição dos apartamentos quer na aquisição das lojas, seja como proprietários seja como arrendatários, devido ao facto da época balnear começar e não existir praia que permita atrair as pessoas ao usufruto daquilo que a Praia da Vagueira tem de melhor. Esta é uma questão que não está correcta tanto mais que houve um compromisso por parte do Senhor Presidente da Câmara de que tudo estaria resolvido a tempo e horas e tal não se verificou até ao dia de hoje. Relativamente ao Posto de Turismo o Senhor Deputado disse que apesar de já se encontrar em funcionamento, lamentavelmente, não tem nada que promova a Praia da Vagueira e o único suporte comunicacional existente relativo ao turismo de Vagos é um pequeno panfleto. De resto o Posto de Turismo encontra-se todo decorado com documentação da Região de Turismo do Centro que nada mais faz do que apelar ao visitantes da Praia da Vagueira a visitar aquilo que são as potencialidades da Região e não as de Vagos. Portanto, na opinião do Senhor Deputado, continua a não haver uma estratégia clara relativamente ao turismo em Vagos. O próprio documento com a programação de Animação do Verão, que felizmente chegou hoje às nossas mãos, só estará no Posto de Turismo talvez para a próxima semana, segundo informação da pessoa que está no referido local, sendo um facto que a agenda começa já no dia 02 de Julho. A ser verdade esta informação o Animar Vagos já estará a decorrer sem que o próprio Posto de Turismo tenha na sua posse o documento para fazer a devida promoção e distribuição junto dos turistas. Concluindo, o Senhor Deputado felicita a organização dos dois eventos realizados, o Vagueira Surf e o Vagos Sensation Gourmet, elogiando a forma como decorreram e a promoção feita ao Concelho de Vagos e esperando que iniciativas como estas continuem a realizar-se porque são um incentivo ao desenvolvimento. -----

-----De imediato usou da palavra o Senhor Deputado Rogério Simões começando por informar de que partilha da opinião dos Senhores Deputados Pires Plácido e Paulo Corticeiro no que diz respeito aos aspectos positivos ocorridos no Concelho, nomeadamente os eventos realizados nos últimos dois fins de semana, mas também partilha das mesmas preocupações acrescentando, ainda, uma outra ás já referidas. De acordo com o Senhor Deputado a plataforma da Praia da Vagueira, aquela zona horizontal

que está no fundo a colmatar um muro em pedra, tem muitos buracos. Durante o inverno as marés e a chegada da água deslocaram algumas pedras e lavou, em muitas zonas, o tout-venant e assim como está é um perigo porque as pessoas passeiam ali correndo o risco de se magoarem, principalmente as crianças. O Senhor Deputado é de opinião que se devia colmatar esta situação, tapando os buracos lá existentes, até porque os custos não serão muito elevados e evitava-se algumas situações desagradáveis. Relativamente à desmatação que foi feita junto à ria, no caminho para a Costa Nova, o Senhor Deputado é de opinião que a mesma não foi feita da forma mais correcta, isto porque aquela é uma zona com pouca sombra e assim ainda menos ficou. Existiam lá acácias que faziam alguma sombra e embora o Senhor Deputado perceba a limpeza daquele espaço, porque é susceptível de haver ali alguns fogos, a verdade é que a eliminação das sombras pareceu-lhe um empobrecimento daquela área que era muito aproveitada para fazer praia. Continuando, o Senhor Deputado pronunciou-se mais uma vez sobre a reposição do saneamento na Freguesia de Santa Catarina que continua por ser feita, já lá vão seis meses, existindo caixas completamente abertas. Na sua opinião há muita irresponsabilidade naquela área pública e embora a obra não seja da Câmara Municipal mas o espaço é público e por essa razão o Senhor Deputado pede ao Senhor Presidente alguma pressão junto da ADRA no sentido de a obra estar melhor sinalizada e para uma rápida resolução do problema, porque a situação tal como está põe em risco a população e quem por ali passa. Este tipo de problema está a verificar-se, também, aqui em Vagos, ou seja, há uma obra de electricidade, que vai da Urbanização Nova até ao Bairro, em que desfizeram o passeio há quatro meses para colocar as tubagens, que estão prontas há três meses, e a reposição continua por fazer causando alguns transtornos no Centro da Vila. -----

-----Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira para questionar o Senhor Presidente se as obras na Ponte da Vagueira já começaram, lembrando que estás já eram para ter sido feitas no ano passado mas como entretanto houve a catástrofe na Madeira a empresa responsável por esta obra teve que se deslocar para lá atrasando os trabalhos na referida Ponte. O Senhor Deputado fez, também, referência às árvores que existiam na Zona Industrial de Vagos que foram retiradas com a promessa de implementar um projecto, que já estava feito ou quase feito, e até hoje nada foi feito relativamente à reflorestação naquela área. Entretanto, passou à questão da MAIS VAGOS para salientar alguns aspectos que pretendia ver esclarecidos. Assim sendo, começou por referir que sempre entendeu que o Senhor Manuel Marcelino Manangão era uma pessoa com absoluta competência para ser representante fosse de quem fosse em qualquer empresa mas sempre disse que havia uma incompatibilidade entre as duas situações de representante do Município na Assembleia Geral da MAIS VAGOS e de Membro da Assembleia Municipal de Vagos. Incompatibilidade essa que ficou clara aos olhos de todos quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu um parecer sobre a situação dele que era idêntica, embora a outro nível porque não representava o Município mas antes porque estava num órgão de administração eleito por representantes do Município e dos outros accionistas. Entretanto, passou um ano e tal e por “teimosia” podem ter-se criado problemas na MAIS VAGOS e no Município porque se há incompatibilidades as pessoas não podem estar nos dois sítios e podem estar a provocar a anulação ou anulabilidade de actos cometidos num lado e no outro, porque quando alguém se coloca numa situação de inelegibilidade pode, inclusivamente, perder o mandato. Ao fim de um ano a

alertar para esta situação o Senhor Deputado trouxe à última Assembleia Municipal um documento da DGAL, já homologado pelo Senhor Ministro, com as soluções interpretativas que deixava absolutamente clara a situação de incompatibilidade. Entretanto, o Senhor Deputado informou que surgiu outro problema, agora mais recente, e que a Câmara deve uma explicação a esta Assembleia, ou seja, tem de esclarecer porque é que propôs à Assembleia Geral da MAIS VAGOS que substitua no Conselho Fiscal o Eng^o Mário Martins. Nunca se ouviu uma queixa política à actuação do membro do Conselho Fiscal, Eng^o Mário Martins, o qual faz parte desde a sua fundação, altura em que não tinha nenhuma participação em nenhum dos outros órgãos do Município, e agora, surpreendentemente, depois de ter passado por uma situação de ser candidato, ser eleito Vereador e pedir a suspensão de mandato de Vereador entendeu a Câmara Municipal propor aos outros accionistas da MAIS VAGOS a sua substituição, obrigando o NEVA a dar os votos, porque só assim conseguiriam obter os dois terços necessários para a sua saída, e a indicarem outra pessoa para ocupar o cargo, neste caso o Dr. Paulo Ramos. São ambas pessoas estimáveis, sendo estranho para quem está nos órgãos do Município numa Assembleia Municipal nunca ter ouvido uma crítica aquele elemento e agora sem mais nem quê propõem que ele seja exonerado e até já lhe ter arranjado um substituto que por acaso é o novo Vereador da Câmara, eleito pelo Movimento VAGOS Primeiro, a quem aproveitou para saudar e desejar felicidades no seu desempenho e que mantenha as condições que sempre demonstrou ter no exercício desta nova função que é servir o Município de Vagos. Por fim, referiu que há ainda uma outra questão relacionada com a MAIS VAGOS que surgiu num programa de rádio e que tem a ver com as remunerações do Presidente da Câmara que também exerce funções com direito a remuneração no órgão daquela empresa. Mas sobre isto o Senhor Deputado informou de que não iria fazer qualquer comentário, apenas fez um pedido ao Senhor Presidente da Câmara para resolver de vez os problemas relacionados com a MAIS VAGOS. Pedido esse que foi o seguinte: solicitar um parecer, não ao Dr. João Dias Pacheco da ATAM, mas à CCDD ou mesmo directamente à Procuradoria Geral da República, ou ainda melhor ao Tribunal de Contas que é quem no fim de contas pode julgar a questão. Esta foi a proposta deixada pelo Senhor Deputado à Câmara Municipal. Contudo, referiu, ainda, que se a Câmara entender não fazer que seja a Assembleia Municipal a fazê-lo e se esta entender não o fazer que seja o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que tem capacidades e competência por si só para o fazer, e se ninguém quiser tomar essa iniciativa o Senhor Deputado dará conta da situação ao Tribunal de Contas que fará o que entender. O Senhor Deputado esclareceu que esta sua posição não tem nada a ver em querer o prejuízo de ninguém, apenas não quer criar problemas ao Município e também por uma questão de coerência, uma vez que há oito anos atrás houve uma discussão parecida com esta, ou seja, um Senhor que era Presidente de Câmara tinha outra actividade remunerada. -----

-----Usou da palavras o Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes sobre as questões que lhe foram colocadas. Assim sendo, começou por falar da empreitada na Rua Principal da Gafanha da Boa Hora e informou de que esta ainda não está completamente paga, nem esta nem um conjunto de empreitadas directamente assumidas pelo Município ou assumidas pelas Freguesias. Há medida que forem sendo desbloqueadas as receitas as dívidas são saldadas e elas existem em Santa Catarina, nas IPSS's, nas Juntas de Freguesia e a Boa

Hora não é excepção. A Câmara contava com a alienação dos lotes Boa Hora Floresta para que essa receita pudesse colmatar o grosso da dívida às IPSS's, às Juntas de Freguesia e às empresas. Quanto à colocação de contadores por parte da ADRA nos espaços verdes informou de que o regulamento municipal que está em sede de revisão e aprovação já terá em conta a criação de espaços verdes que não sejam vistos apenas como relvado mas sim impermeáveis com espécies arbustivas e materiais soltos que não impliquem o uso da água e considerem fontes alternativas de rega às áreas em causa desonerando a rede pública, até porque o bem que é fornecido é valioso demais para ser gasto nestas situações. Só que foi esta a política desenvolvida durante anos e a inversão leva agora algum tempo a introduzir novas soluções nos projectos de arranjos exteriores e em obras de urbanização já executadas. Relativamente ao Plano de Pormenor da Boa Hora Floresta está, neste momento, na fase de participação às Finanças e assim que estiver o processo concluído será avançado o processo em sede de registo predial. Em relação à Revisão do POOC começaram a existir as primeiras reuniões de concertação tendo ocorrido há dias a primeira comissão mista de coordenação, estando a Câmara representada pelo Senhor Presidente, e a partir de agora irá acelerar todo o processo, sendo certo que na Autarquia já houve uma reunião preparatória da proposta de POOC, se assim se pode chamar, com o Prof. Orlando Borges e com a Eng^a Ana Seixas, Vice-Presidente do INAG. Relativamente ao Plano de Pormenor da Praia da Vagueira e aos espaços comerciais não é uma questão de revisão mas sim de alteração do regulamento porque é uma questão de uso e não tem necessariamente que ser utilizado o rés-do-chão para fins comerciais. Houve uma opção política num determinado momento que definiu determinada zona, bastante grande da Praia da Vagueira, que entretanto mudou e no processo de revisão do regulamento que está em curso será reduzida e dentro dela será admitida a possibilidade de reconverter fracções comerciais em fracções de habitação. Prossequindo os esclarecimentos o Senhor Presidente da Câmara falou agora na questão das acessibilidades na praia informando de que houve uma reunião na Câmara Municipal com a Associação que foi criada na Vagueira onde foram discutidas um conjunto de soluções. Entretanto, na altura o Senhor Presidente alertou que estas soluções apontadas na reunião teriam sempre de ter a aprovação ou autorização do INAG e do RH e portanto o que há apenas a referir é que a Bandeira Azul foi atribuída à Praia da Vagueira por quatro circunstâncias: qualidade da água, qualidade do areal, qualidade da segurança e qualidade da Acessibilidade. E portanto se assim é, e se a RH e o INAG entenderam dar este galardão à Praia da Vagueira será por alguma razão. Entendem eles que a acessibilidade existente é a adequada e portanto não é a Autarquia que pode mudar o curso das coisas, podendo sim sensibilizar. O projecto de acessibilidade definitivo era aquele que o INAG suspendeu por força do Governo não inscrever no Orçamento de Estado para 2011 uma dotação financeira para este o executar. Neste momento, a Autarquia vai voltar a discutir com o INAG a execução do projecto e para o ano de 2011 tentar sensibilizar o novo Governo para a possibilidade de introduzir essa dotação orçamental ou seja a comparticipação nacional ou se terá mesmo que ser a Câmara a assumir o esforço financeiro de ter um investimento de 1,8 milhões de euros sendo 1,4 milhões financiado pelo POVT, na certeza de que terá de ser este ano e terá de ocorrer desde Setembro de 2011 a Junho de 2012. Quanto à animação na Praia da Vagueira referiu o Senhor Presidente de que a Câmara deve publicitar a programação com a

maior antecedência possível o que nem sempre é conseguido fazer, uma vez que é difícil fechar um programa a tempo e horas, nomeadamente quando se fundem programas de animação cultural e desportiva. Isto, porque são instituições diferentes com negociações distintas que envolvem entidades e pessoas diferentes e é um facto que tem sido sucessivamente retardado o início da publicação do programa cultural e desportivo de animação da Praia da Vagueira mas tudo se irá fazer para que esta situação não volte a acontecer. No que diz respeito ao financiamento os Vereadores ponderaram duas propostas de animação, dentro daquele orçamento de contenção que foi aqui aprovado, uma da Associação D'Orfeu e outra do Turismo do Centro. O que é certo é que o valor que a Câmara Municipal teria de financiar para obter financiamento para actividades de Verão na Praia da Vagueira era superior ao que se vai consumir com o programa de actividades da Autarquia. E o programa de Actividades proposto, por esse concurso, era muito inferior aquele que a Autarquia propõe e portanto numa óptica de racionalização de custos e potencialização das receitas do Município que reparte, na medida em que o pode fazer, com as associações deste Concelho decidiu-se apostar em mais acções mais variadas com um custo mais baixo. Quer num caso quer no outro, e a D'Orfeu apresentou uma proposta muito melhor que a do Turismo do Centro, a Câmara Municipal tinha que se vincular a uma despesa elevada. Relativamente à Defesa Aderente, apesar da responsabilidade ser do INAG, a Câmara Municipal irá colocar tout-venant nos locais que apresentem mau estado. Quanto à desmatagem na margem da Ria, apesar de ser da responsabilidade da RH, o Senhor Presidente informou de que aquilo se insere dentro de um projecto, que já está aprovado, e que visa eliminar todas as espécies infestantes. Este é o primeiro passo da desinfestação da margem da Ria para implementar e dar execução ao projecto de Requalificação da Avenida Vagueira Costa Nova. No que respeita à reposição dos pavimentos é da responsabilidade da ADRA e já não há sensibilização possível. A Câmara já vai na quarta ou quinta reunião, já o fez em Assembleia Geral, há empreiteiros que são, realmente, bons e que têm o cuidado extremo na forma como executam os trabalhos e há outros que não. No caso concreto de Santa Catarina o que foi dito ao Senhor Presidente da Câmara é que a reposição ainda não foi feita porque faltam fazer os ramais. Embora uma coisa não tenha nada a ver com a outra foi a resposta que deram. Aquilo que a Câmara pondera seriamente fazer, na próxima reunião a realizar com o Presidente do Conselho de Administração da ADRA, é anunciar que ficará a impedida de abrir mais buracos no Concelho de Vagos enquanto não resolver todas as situações pendentes, sendo as empreitadas pura e simplesmente suspensas por via judicial, por via de fiscalização ou por acção material, porque há casos perfeitamente insuportáveis inclusivamente reposições extraordinariamente mal feitas. Quanto à reposição da vala a EDP só recentemente é que terminou os trabalhos de colocação de cabo e há uns quinze dias a Autarquia adjudicou a uma empresa a reposição dos pavimentos. Portanto, a empresa tem estado à espera que a EDP termine os trabalhos para dar início à reposição do pavimento. Entretanto, relativamente à Zona Industrial de Vagos o Senhor Presidente informou de que o tratamento dos espaços será da responsabilidade do NEVA e neste momento aguardam-se o início dos trabalhos. Quanto à MAIS VAGOS e às questões colocadas pelo Deputado Jorge Luís Oliveira o Senhor Presidente informou de que irá pedir um parecer mas gostaria de saber a quem. Isto porque já em tempos foi pedido um parecer ao Procurador do Ministério Público e a resposta dada foi que não era competência daquela

entidade dar esse tipo de pareceres. Continuando, o Senhor Presidente referiu que também não sabe se é competência do Tribunal de Contas mas irá informa-se dessa questão junto desta entidade. Informou, ainda, de que não irá pedir esse tipo de parecer à CCDR porque, na opinião do Senhor Presidente, os pareceres desta entidade são muito maus e desde logo começou por referir o caso do Senhor Manuel Marcelino Manangão e daquilo que diz que foi um despacho homologado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, no dia 28 de Dezembro de 2010, após uma uniformização interpretativa. Ora, isto significa que havia várias interpretações sobre a mesma legislação e decidiu a DGAL, nessa reunião interpretativa, escolher determinado sentido que entendeu o Senhor Presidente é uma situação caricata, porque ao contrário do que diz a CCDR a DGAL diz que nos termos do artigo 64º nº8 a Câmara Municipal pode nomear dentro dos elementos da Câmara sugerindo que não pode nomear elementos da Assembleia Municipal mas outro accionista qualquer pode. De acordo com o Senhor Presidente em lado nenhum da Lei está a dizer que um elemento da Assembleia Municipal é incompatível para exercer actividades em órgãos sociais de sociedades privadas. Mas como foi a Câmara Municipal que nomeou e o parecer homologado diz que esta só pode indicar da Câmara e não pode indicar da Assembleia com o pressuposto errado que é o utilizado pela CCDR de que não se podem nomear elementos do órgão fiscalizador para o órgão que vai ser objecto de fiscalização e isto é a verdade no sector público e no sector empresarial local e é errado no sector privado. A DGAL uniformizou, o Senhor Secretário de Estado homologou e a Câmara Municipal acatou embora o Senhor Presidente não tenha dúvidas nenhuma de que se o Senhor Manuel Marcelino Manangão for nomeado por outro accionista da MAIS VAGOS não há como deduzir o seu impedimento. Quanto ao pedido de exoneração do Engº Mário Martins o Senhor Presidente explicou que se deveu ao facto de numa Reunião de Câmara ter ocorrido uma situação, no ponto de vista do Senhor Presidente, grave. Nessa reunião estavam em discussão assuntos da MAIS VAGOS e a Vereadora Dina Ribeiro entende que se deve ausentar sempre que se discute um problema relacionado com esta empresa e entendia o Senhor Vereador Mário Martins, nomeado pela Câmara Municipal para o Conselho Fiscal da MAIS VAGOS, ausentar-se também por se achar incompatível, ou seja, ele entendia que era incompatível deliberar sobre uma empresa onde ele pertencia aos órgãos estando em representação de quem o nomeou. Face a isto aconteceu que nesse dia houve um impedimento de um Vereador em estar na reunião e se por algum motivo o Senhor Presidente se tivesse ausentado a reunião tinha de terminar porque deixava de haver quórum, e portanto não faz sentido, se é a Câmara quem nomeia para os órgãos sociais para defender os interesses do Município naquela instituição, que a pessoa em causa quando delibere se sinta impedida de o fazer em sede de Câmara Municipal. Nessa data foi dito que esse problema o Engº Mário Martins não voltaria a tê-lo. Por circunstâncias pessoais que o Senhor Presidente respeita e não discute o Senhor Engº Mário Martins decidiu suspender o mandato e essa suspensão foi aceite pela Câmara Municipal e aproveitando o facto de termos que substituir, por força do despacho homologado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, uma das indicações a Câmara decidiu exonerar os seus nomeados e sugeriu nomear novos elementos em representação do Município para os órgãos sociais da MAIS VAGOS, nos termos do artigo 64º, nº 1, i). Concluindo, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que receber um conjunto de senhas remuneratórias é diferente de exercer uma actividade. E pelo facto de representar o

Município, por indicação do Município, numa Sociedade Privada em que este é accionista o Senhor Deputado entende isso como uma actividade privada, e estaria cerceado de receber 50% do vencimento de Presidente da Câmara. Assim sendo, o Senhor Presidente irá fazer o que o Senhor Deputado sugeriu, pedir o parecer, porque não é a toa que as remunerações nos órgãos sociais da MAIS VAGOS desceram 27% desde Setembro de 2010 a Dezembro de 2011, porque ele está muito mais na qualidade de Presidente da Câmara do que na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e até lhe custa quando se está a tratar de assuntos da MAIS VAGOS onde a Câmara é claramente interessada, como por exemplo Ordenamento, receber senha de presença. Para terminar o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Deputado Jorge Luís que lhe indicasse a entidade a quem deve ser dirigido o pedido de parecer, excluindo a CCDR. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Deputado Jorge Luís para tecer algumas considerações sobre os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara. Começou por referir que o Senhor Presidente sabe, porque que tem arquivado na Câmara um processo relativo à mesma matéria, que cabe ao Tribunal de Contas fazer as averiguações necessárias neste tipo de situações e portanto não vai indicar nenhuma entidade a quem se deve dirigir deixando ao critério da Câmara. Prossequindo, o Senhor Deputado quer ver a situação do Eng^o Mário Martins esclarecida porque não foi ele quem criou os estatutos da MAIS VAGOS, que dizem que a Assembleia Geral é que elege a Administração e o Conselho Fiscal, foram os accionistas da empresa e portanto não cabe ao Senhor Presidente da Câmara exonerar ninguém. O que pode fazer é propor à Assembleia Geral a exoneração de alguém mas nunca exonerar. A Câmara é detentora de 49% mas para exonerar precisa de 2/3. Relativamente à justificação dada pelo Senhor Presidente de que o Eng^o Mário Martins é substituído porque se ausentava das reuniões sempre que o assunto era a MAIS VAGOS o Senhor Deputado referiu que na acta da Reunião de Câmara do dia 21 de Dezembro de 2010 pode ler-se “entretanto o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Mário Martins ausentaram-se da sala de reuniões em virtude de integrarem os Órgãos Sociais da MAIS VAGOS”. O que se verificou aqui foi que o Senhor Presidente também se ausentou pela mesma razão que havia pedido a exoneração do Eng^o Mário Martins, ou seja, ausentar-se sempre que se tratasse de um assunto da MAIS VAGOS. Qual é a diferença? Perguntou o Senhor Deputado. Continuando, ainda referindo-se a este assunto, apresentou outra situação: na acta nº 23 de Outubro de 2010 pode ler-se “antes de entrar na discussão e votação que se segue o Senhor Presidente da Câmara Municipal ausentou-se da sala de reuniões em virtude de integrar os Órgãos Sociais da MAIS VAGOS passando a presidir a Vice-Presidente Dr^a Albina Rocha”. O Senhor Presidente saiu e o assunto em questão era “Carta de Conforto à Caixa Geral de Depósitos SA e Sociedade MAIS VAGOS, Sociedade Gestora de Parques Empresariais de Vagos SA – Ratificação” e, prossequindo, “A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a Carta de Conforto assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Rui Cruz em 01 de Dezembro”. O Senhor Presidente em 01 de Dezembro assinou a Carta sozinho sem o respaldo do Executivo, isto é, assina a carta, envia-a, esta dá entrada na Caixa e depois quando é só para ratificar, porque naturalmente tem que ser assim uma vez que faz parte dos poderes delegados, ausenta-se da sala e depois vem dizer que exonera o Eng^a Mário Martins porque sai das reuniões quando o Senhor Presidente também o faz. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às considerações apontadas pelo Senhor Deputado Jorge Luís. Esclareceu, então, que acompanhou o Vereador Mário Martins até ter surgindo uma situação de falta de Quórum, porque se forem ver todas as actas vão encontrar delas onde o Senhor Presidente estava e o Senhor Vereador não. O Senhor Presidente acha ridícula a postura do Movimento VAGOS Primeiro e nomeadamente a postura do Vereador em causa que tendo sido nomeado pelo Município para representar a MAIS VAGOS ausentar-se. Agora, quanto à ratificação o Senhor Presidente esclarece que pratica um acto enquanto Presidente de Câmara a favor da MAIS VAGOS da qual é Presidente de Administração e aí entendeu, em consciência, que deve estar fora da reunião. Não é por ser Presidente de Administração da MAIS VAGOS, não é por ser incompatível mas sim por uma questão de moralidade, ou seja, enquanto Presidente da Câmara individualmente pratica um acto a favor da MAIS VAGOS. -----

-----Usou, mais uma vez, a palavra o Senhor Deputado Jorge Luís para confirmar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não se ausentou em mais nenhuma outra reunião em que fossem ratificados os actos por ele tomados se não nesta que referiu e andou aquele tempo todo a criticar o Vereador Mário Martins até perceber que ele próprio tinha que sair porque é isso que a lei lhe impõe. Sobre este assunto o Senhor Deputado apenas pretende saber se o Senhor Presidente assume, perante esta Assembleia Municipal, o compromisso de que vai pedir um parecer, a quem de direito, para se esclarecer esta questão de uma vez por todas. -----

-----Entretanto usou, novamente, da palavra o Senhor Presidente da Câmara onde referiu que afinal há duas dúvidas, ou seja, para além da possibilidade de estar a receber as senhas de presença e a receber a totalidade do vencimento enquanto Presidente de Câmara existe, ainda, a incompatibilidade dos representantes do Município na MAIS VAGOS quando a Autarquia delibera sobre assuntos desta empresa. -----

-----De imediato o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da “**Ordem de Trabalhos**”, submetendo o Ponto Um a discussão: -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia Municipal a actividade municipal, no período compreendido entre 27 de Abril e 27 de Junho de 2011 -----

-----Deu, ainda, a conhecer a informação financeira à data de 21 de Junho de 2011, bem como os processos pendentes em Tribunal, em que o Município de Vagos é parte e que envolvam eventual responsabilidade financeira. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira para intervir. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira para manifestar o seu desagrado por não ver neste ponto, em que o Senhor Presidente da Câmara deve dar conhecimento a esta Assembleia Municipal do que se passa entre cada sessão, nenhuma informação, que é obrigatória por lei, ao Tribunal Constitucional e à Assembleia Municipal de que assumiu funções na MAIS VAGOS. -----

-----Seguidamente, usou da palavra o Deputado Pires Plácido começando por solicitar um Voto de Pesar pelo falecimento de uma pessoa do Concelho de Vagos e que era Presidente de uma Associação, o Clube Motard Chassos, o Senhor Carlos Fernandes. Relativamente ao documento o Senhor Deputado referiu que este continua a não indicar os valores comparticipados pela Autarquia a alguns eventos, lembrando que ficou um compromisso por parte do Senhor Vereador que esses dados seriam fornecidos para que esta Assembleia tivesse acesso aos gastos que a Câmara tem no apoio que dá a qualquer evento que se realize no Concelho. O Senhor Deputado questionou o Senhor Vereador Silvério relativamente ao valor gasto com o Vagos Sensation Gourmet, nomeadamente com as sete barraquinhas que estavam instaladas na Praça da República. De acordo com o Senhor Deputado a Câmara pode apoiar de uma forma simbólica mas mesmo assim seria importante que essa informação fosse dada, principalmente quando um funcionário da Autarquia esteja a trabalhar num evento o faça devidamente identificado com um uniforme ou um colecte da Câmara Municipal porque vê-se pessoas a trabalhar e não se sabe se fazem parte da organização ou da Autarquia. O Senhor Deputado pediu um esclarecimento relativamente ao valor de aquisição de um terreno em Soza que vinha indicado no documento 23€ (vinte e três euros). Concluindo, o Senhor Deputado reforçou mais uma vez que o documento entregue aos Deputados, com a informação do Senhor Presidente, fosse o mais específico possível para que ao ler-se não ficassem quaisquer dúvidas relativamente à actividade camarária. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o valor de aquisição do terreno foi de 23€ por metro quadrado. Seguidamente deu a palavra ao Senhor Vereador Silvério para esclarecer as restantes considerações feitas pelo Senhor Deputado Pires Plácido. -----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Silvério para informar os Senhor Pires Plácido de que muitas vezes o apoio prestado, a algumas Associações, trata-se, por exemplo, apenas de publicitar no site, mas ainda assim essa informação pode ser melhorada tornando-a mais completa. Relativamente ao Vagos Sensation Gourmet o valor gasto com as sete barraquinhas foi de aproximadamente mil euros. O Senhor Vereador referiu também que o trabalho realizado pelos dois jovens que organizaram os dois eventos aqui referidos é obviamente meritório e revelou uma atitude fundamental na gestão das actividades propostas à Câmara Municipal, isto é, a iniciativa foi deles. Eles tomaram a iniciativa e dirigiram-se à Câmara Municipal com um projecto que automaticamente é recebido de braços abertos e a Autarquia apoiou numa perspectiva de trabalho conjunto e isto é o maior mérito nestes dois eventos. Relativamente à questão dos fardamentos é verdade que existe esse compromisso mas é público que a Autarquia está, neste momento, a realizar um forte trabalho de requalificação nos armazéns municipais para criar uma série de condições e o designer das fardas ficou a aguardar mais um tempo para os desenhar. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira para cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara pela ideia que teve de “encostar a ADRA à parede” em relação às obras realizadas no Concelho de Vagos. O Senhor Deputado informou, também, de que já avisou a ADRA que não paga mais água acima de um determinado valor e fez a alteração no Banco, à Ordem de Transferência Permanente, porque não há mês nenhum, desde Maio de 2010, que as contas não venham erradas. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Vereador Silvério para informar de que subscreve na integra as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Pires Plácido no que diz respeito ao falecimento do Senhor Carlos Fernandes. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Juan Carlos Martins para informar de que, relativamente à informação financeira prestada, viu com alguma satisfação, passados dois meses da última Assembleia, a redução das dívidas a fornecedores e a redução dos custos em termos de contas da Câmara Municipal. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Deputado Pires Plácido para propor esta Assembleia a fazer um Voto de Pesar pelo Senhor Carlos Fernandes. -----

-----Seguidamente, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Fernandes, Presidente da Direcção do Clube Motard Chassos, devendo ser dado a conhecer esta deliberação à respectiva família e ao Clube. -----

-----De imediato, não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 19 de Abril de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO DOIS: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO;** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados de que o mesmo não seria objecto de discussão e votação, uma vez que o assunto já tinha sido aprovado por este Órgão, na Sessão realizada no dia 29 de Abril de 2011. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Três da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 21 de Junho de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO TRÊS: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO;** -----

-----Apresentou o ponto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou de que esta revisão prende-se com um conjunto de factos que aconteceram posteriormente à aprovação do orçamento e do plano de actividades 2011. Foi posterior à aprovação do orçamento a reapreciação e aprovação da RUCI que é uma candidatura promovida por um conjunto de entidades entre os quais Municípios da Região de Aveiro e Universidade de Aveiro para Redes Urbanas Competitividade e Inovação, e que prevê no Edifício do antigo Centro de Saúde de Vagos um investimento de duzentos e cinquenta mil euros. A Câmara Municipal tinha previsto a reabilitação do edifício por Administração Directa, porque essa candidatura sido chumbada. Entretanto, foi reapresentada e reapreciada acabando por ser aprovada e portanto agora faz sentido que se faça por Empreitada, uma vez que tem esse financiamento assegurado e vai ser um centro acolhedor de um conjunto de acções que vão ser desenvolvidas no âmbito da RUCI. Quanto à iluminação prende-se com o facto de uma decisão dos Municípios da CIRA em avançarem com Candidaturas na Área da Eficiência Energética comuns face à verba contratada no Plano Territorial de Desenvolvimento e é necessário inscrever em plano essa nova candidatura. Relativamente aos Arranjos Exteriores do Estádio Municipal foi feita uma candidatura e foram aprovados e portanto é uma verba nova, cerca de seiscentos mil euros de financiamento que é introduzida. Por outro lado, e tem a ver também com a reformulação do QREN, existem mudanças de Administração

Directa para Empreitada e redefinição do nome para que não haja dúvidas depois na CCDR na Apreciação da Candidatura. Essas mudanças verificaram-se: na Rua de Cantanhede Circular 1ª Fase, portanto é a transferência para fora da Zona da Marginal face às implicações do ICNB com a VIA; é uma 2ª fase da Beneficiação de Arruamentos na Freguesia de Vagos nos acessos ao Estádio Municipal de Vagos, ou seja, é uma 2ª Candidatura aos Arranjos Exteriores ao Estádio Municipal, uma vez que não tinham sido aprovados da 1ª vez não foram incluídos e entretanto tendo sido agora aprovados vai a Autarquia submeter novamente a candidatura esperando ter sucesso. -----

-----Interveio o Senhor Deputado Joaquim Pires Plácido para felicitar a Câmara Municipal pela Reabilitação do Edifício do Antigo Centro de Saúde, porque é fundamental que isto aconteça. Continuando, fez ainda referência à Rede de Iluminação Pública na Gafanha da Boa Hora em que falou numa empreitada que se fez há já alguns anos para a substituição das lâmpadas brancas pelas amarelas, para ter menos consumo. Entretanto, a empreitada foi feita num determinado preço em que se esqueceram de incluir a mão-de-obra. Assim sendo, eram para substituir a iluminação toda e só substituíram vinte lâmpadas, porque se esqueceram de contabilizar a mão-de-obra. O que o Senhor Deputado pediu foi que agora fosse tido em conta todos os pormenores, quando for feita a empreitada para não se esquecerem de nada e os trabalhos ficarem pela metade. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com 28 (vinte e oito) votos a favor. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 17 de Maio de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO QUATRO: PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DO MUNICÍPIO DE VAGOS.** -----

-----Apresentou o ponto o Senhor Vereador Marco Domingues que informou os presentes de que este regulamento pretende criar um enquadramento para que evitar situações como as que se vão vivendo diariamente no Concelho, cujo impacto têm sido minimizado pela Associação Gaticão, deixem de existir. Com este documento, elaborado em conjunto pela divisão jurídica, administrativa e gabinete veterinário, pretende-se ter uma base jurídica para que seja possível agir de forma mais célere e com maior eficácia sobre um problema que tem a ver com o abandono dos animais e de algum modo actuar-se de uma forma preventiva. Interessa a todos defender duas áreas: por um lado a saúde pública, que é uma preocupação da Câmara Municipal e é algo que não pode ser remetido para mais ninguém porque é da competência/responsabilidade da Autarquia; por outro lado o bem estar animal. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados de que foi apresentado à Mesa da Assembleia um requerimento que passou a ler e que ficará anexado à presente acta. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o requerimento apresentado pela Senhora Deputada Catarina Oliveira, a propor o adiamento da apreciação e votação do presente ponto da Ordem de Trabalhos tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Nestes termos a apreciação e votação deste ponto da Ordem de Trabalhos foi adiada para uma próxima sessão. -----

-----Usou da palavra o Senhor Pires Plácido para referir que é lamentável que mais uma vez se venha a esta Assembleia para aprovar um regulamento que foi feito ao abrigo de um decreto-lei que já foi revogado. Informou, ainda, de que trazia uma proposta para apresentar, em nome da Associação Gaticão, para que a Câmara fizesse a alteração ao regulamento, uma vez este não está de acordo com a nova lei, mas após a apresentação e aprovação deste requerimento deixou de fazer sentido. Concluindo, recomendou que houvesse mais cuidado com documentos apresentados à Assembleia Municipal para que situações destas não se voltem a repetir. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Vereador Marco Domingues para referir que quando estas coisas acontecem deve ter-se a humildade de reconhecer que erramos e assumiu a responsabilidade perante esta situação. Agradeceu o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Movimento VAGOS Primeiro e levará em linha de conta o que foi dito pelo Senhor Deputado Pires Plácido. Referiu, ainda, de que houve um grande empenho na elaboração deste regulamento uma vez que, e apesar do Gabinete de Veterinária Municipal estar a executar um bom trabalho nesta área, a Autarquia precisava de um documento que enquadre-se esta actividade e permita a resolução dos problemas nesta área de forma mais célere e eficaz. -----

-----Usou da palavra a Deputada Catarina Oliveira e referiu que tentou apresentar o requerimento antes de ter sido dada a palavra mas não teve oportunidade. -----

----- Retomou a palavra o Deputado Pires Plácido para fazer um comentário acerca do trabalho da Veterinária Municipal. De acordo com o Senhor Deputado o que se passa na realidade é que há uma preocupação das pessoas no que diz respeito aos cães abandonados e gostaria que ficasse claro que a responsabilidade da sua recolha não é da Gaticão mas sim da Câmara Municipal. A Gaticão não tem condições para albergar tantos animais abandonados mas o Canil Municipal tem competências para os abater e isso que fique bem definido, para evitar respostas que têm sido dadas de que não podem recolher os animais porque a Gaticão não tem onde os colocar. Os cães quando são recolhidos da rua vão para o Canil Municipal onde ficam em quarentena até serem transferidos para a Gaticão. -----

-----O Senhor Vereador Marco usou da palavra para referir que se esse tipo de respostas estão a ser dadas pelos Serviços Municipais desconhece mas de qualquer modo assegurou de que tudo fará para que a verdade seja reposta no sentido de dar a melhor solução aos problemas apresentados. Independentemente dessa situação a Câmara Municipal tem feito a recolha e registo, em todo o Concelho, de todos os animais abandonadas, apesar das condições precárias.

-----Encerrado o Período da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

-----Não havendo público para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da acta. -----

-----De imediato o segundo secretário, Leane Silva Leite, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da acta a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta Sessão, eram vinte horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelos Membros da Mesa. -----

-----**O Presidente,** _____

-----**O Primeiro Secretário,** _____

-----**O Segundo Secretário,** _____